

PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 30 DE ABRIL DE 1996

*Senador Marco Maciel, Vice-Presidente da República; Senhores Embaixadores aqui presentes; Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores; Embaixador Lampreia; Embaixador Sebastião do Rego Barros, Secretário-Geral do Itamaraty; Senhores ex-Ministros de Estado; ex-Secretários-Gerais do Itamaraty; ex-Diretores do Instituto Rio Branco; Não há ex-antecessores meus aqui, só desta Casa, mas é uma honra poder me dirigir a Vossas Excelências neste dia; Senhor Diretor do Instituto Rio Branco, Ministro André Amado; Senhores Paraninfos das turmas de 95; Senhores Formandos das turmas de 95; Senhoras e Senhores;*

É sempre com muita satisfação que eu retorno a esta Casa, que tive o privilégio de dirigir como Chanceler e de cuja competência e dedicação ao Brasil eu continuo tendo seguidas provas, como Presidente da República. E quero acrescentar que não são palavras formais as que eu profiro aqui. Isto é uma verdade.

A experiência de todos nós que dirigimos esta Casa – dos que têm a possibilidade de serem diplomatas e que podem, por isso mesmo, perceber os problemas da diplomacia com maior agudeza, mas tal-

vez não percebam a importância desta Casa como nós outros que aqui estamos, e alguns dos ex-chanceleres, como eu, que não fomos diplomatas de carreira, mas que mantemos contato com o Itamaraty – faz-nos sentir que realmente o que foi dito há pouco é verdadeiro.

Aqui, existe o núcleo de uma palavra que não é agradável, muitas vezes, mas que, na sua acepção cidadã, corresponde à verdade de excelência – excelência pela dedicação, pelo esforço, pela competência, pelo trabalho e por aquilo que foi reafirmado aqui várias vezes pelos que me precederam, pelo sentido de servir ao público e pela consciência de que, em definitivo, quem julga é a opinião pública. E o Itamaraty é um desses nichos da Administração brasileira nos quais se encontra realmente a virtude do bom funcionário público.

Meus caros formandos, vocês ingressam na carreira diplomática num momento muito especial, que se projeta como um verdadeiro ponto de inflexão da nossa história, da história do Brasil e, quem sabe, da própria história da humanidade.

Este é um momento em que a velocidade vertiginosa do progresso técnico e tecnológico é acompanhada por um abrangente processo de globalização, que vai muito além do econômico e atinge o mundo dos valores, da informação e dos contatos entre as sociedades.

Poucas vezes, na História, nós passamos por um processo em que realmente a idéia do universal – quem sabe, amanhã, do universal concreto – seja tão viva, um momento em que, efetivamente, o que antes poderia se imaginar como aspiração de alguns, como temor de outros, passou a ser uma realidade, graças às já sabidas conseqüências das revoluções ocorridas na base tecnológica, no modo de comunicação das transformações políticas.

Talvez aquilo que tenha sido entrevisto no período do Renascimento seja hoje algo que se vive na vida cotidiana, sem talvez estarmos o tempo todo fazendo reflexão sobre as conseqüências de tudo isso – mas é uma verdade. Estamos diante de um mundo que se globalizou e que, ao se globalizar, enfrenta vários desafios – alguns dos quais foram aqui mencionados –, entre eles o de saber de que maneira, no mundo globalizado, os países que têm capacidade de continu-

ar existindo como tais, como nações, vão se integrar preservando as suas peculiaridades culturais e valorizando inclusive as suas diferenças internas.

Mas a verdade é que, além disso, como pano de fundo, há uma nova realidade política mundial, de contornos ainda não muito definidos, que se vem desenhando a partir do fim da última grande confrontação ideológica.

Neste mundo em transformação, qual será o papel da diplomacia e qual o papel do diplomata brasileiro? Tirando, às vezes, conclusões equivocadas das novas circunstâncias internacionais, surgem algumas vozes anunciando a existência de uma crise da diplomacia, atividade que tenderia a tornar-se obsoleta nesta era da revolução da informação. Mas isso está muito distante da verdade.

É fato que esses novos tempos trazem desafios adicionais e implicam, forçosamente, novas demandas, em termos da atuação externa. Reforça-se a necessidade de atualização e de reaparelhamento da chancelaria e da própria carreira diplomática. Eu sei que o Ministro Lampreia está pessoalmente engajado em levar adiante as reformas requeridas.

São tempos de diplomacia pública, de universalização econômica e de grandes temas globais, como a proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos; tempos de combate a atividades criminosas que não respeitam fronteiras; tempos de importantes movimentações de pessoas, bens e capitais; tempos, enfim, de informação imediata sobre os principais acontecimentos mundiais.

E o trabalho da chancelaria, essencial na execução da política externa, torna-se mais complexo com a constante incorporação de novos interlocutores e o fortalecimento de novos agentes que atuam no plano internacional, como as organizações não-governamentais e as empresas transnacionais.

São cada vez mais freqüentes os contatos diretos entre chefes de Estado. Na consolidação do Mercosul, por exemplo, o relacionamento pessoal entre os presidentes tem contribuído para a agilização do processo e a superação de dificuldades tópicas.

Aqui, abro um parêntese para ressaltar o vínculo direto entre essa fluidez e a vigência da ordem democrática em todos e em cada um dos nossos sócios. O espírito do Tratado de Assunção determina que não é admissível, no âmbito do mercado comum, a quebra da institucionalidade. As unidades da Federação e os municípios assumem, também, um papel mais ativo na esfera internacional. Isso é positivo, mas exige uma atenção especial do Itamaraty.

É muito freqüente, hoje, verificar-se que governadores, secretários de Estado, prefeitos, diretamente, mantêm relações com países vizinhos, com países distantes e, muito freqüentemente, requerem o apoio do Itamaraty, a tal ponto que nós estamos, hoje, abrindo escritórios no Sul, no Nordeste já abrimos e, quem sabe, abriremos na Amazônia. Ou seja, há uma integração mais viva dentro dessa diversidade de um país que tem cinco mil municípios, os quais se organizam, eles próprios, como entes de direito que têm força constitucional – apesar de serem muitos os estados – e nessa sua diversidade, não esperam, muitas vezes, a definição do poder central. E é bom que não esperem a condição de que nós, servidores, que estamos adstritos ao poder central, nos preparemos para enfrentar essa nova realidade. Isso está exigindo, repito, uma atenção especial do Itamaraty.

Em nada, porém, as novas circunstâncias diminuem a importância da atuação diplomática. Ao contrário, reforçam-na. Oportunidades e perspectivas ampliadas para a inserção internacional do Brasil abrem-se, em função da nova realidade, tanto no plano nacional quanto no plano global. E a diplomacia é o instrumento pelo qual se tecem as regras que balizam, em boa parte, os efeitos da globalização. Isso é notório, por exemplo, em matéria de comércio internacional, de direitos humanos e de proteção ao meio ambiente.

À diplomacia cabe, ainda, papel importante na concepção e no fortalecimento de valores que informam o desenho do próprio interesse nacional, ao qual, por sua vez, deve estar sempre subordinada.

O último orador de turma que aqui falou mencionou um discurso que fiz, na Índia, a respeito do papel que cabe aos Estados nacionais na delimitação dessa nova ordem que se está desenhando e na intera-

ção com os atores, os agentes desse processo de globalização. Nada mais equivocado do que imaginar, junto com os críticos apressados do acabrunhamento da tarefa democrática, que haverá, também dito por esses mesmos críticos, o definhamento do papel dos Estados. O que há é uma redefinição – redefinição na qual, tanto uns, os diplomatas, quanto outros, os que são responsáveis pelo Estado, em termos políticos internos, terão de, em função dos interesses da população, do povo e dos interesses nacionais, redefinir as suas atuações, para que esse espaço que se está desenhando em nível global não seja um espaço vazio ou um espaço – mais grave do que vazio – no qual as marcas impressas sejam as de outros Estados que se organizam e que não levam em consideração os interesses do Estado brasileiro e do povo brasileiro.

E o País tem claras prioridades. Cresce em importância a integração sub-regional, no âmbito do Mercosul. Busca-se a melhora da assistência consular aos crescentes fluxos de turistas e emigrantes brasileiros residentes no estrangeiro. Isso é um dado marcante. E também me apraz constatar que o Itamaraty está se apressando na organização, não apenas de novos consulados, mas também, o que é muito importante, de comissões de cidadãos brasileiros que vivem no exterior. Eu próprio já tive a possibilidade de entrar em contato com algumas dessas comissões no exterior, que constituem uma nova faceta da atividade diplomática, pois que o Brasil, país basicamente de imigração, começa a fazer face à realidade contemporânea, na qual a emigração para certos setores, certos segmentos profissionais, é normal; e, muitas vezes, mesmo para aqueles que, não afeitos, pela própria natureza das suas profissões, a emigrarem, por razões econômicas são obrigados a emigrar. Portanto, isso leva o Itamaraty a buscar novos caminhos, num apoio sistemático ao cidadão brasileiro que está vivendo no exterior.

Por outro lado, reforça-se o compromisso com o desarmamento e a não-proliferação de armas de destruição em massa. O nosso Chanceler Lampreia acabou de falar sobre a importância do que, nesta matéria, está sendo feito no Brasil e do que está ocorrendo. Curiosamente, numa cerimônia ocorrida em São José dos Campos, eu infor-

mei à comunidade brasileira e aos que ali estavam que o Brasil detinha a tecnologia de veículos lançadores de satélites, o que significa um marco muito importante do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico e, para os países que não têm o compromisso com a paz, o que não é o nosso caso, um certo risco, tendo em vista as outras potências. Não obstante, naquele mesmo momento, eu anunciava que o Brasil, por deter essa tecnologia, se comprometia, também, a utilizá-la apenas para fins pacíficos e se submetia ao regimento que organiza essas atividades em nível internacional.

Curiosamente, disse eu, isso não foi registrado no Brasil, foi registrado no exterior. Levou algum tempo, eu tive que repetir a informação, para que nós tomássemos consciência desse fato marcante da vida brasileira contemporânea, que, ao mesmo tempo que estamos nos inserindo no sistema internacional de produção, desenvolvendo tecnologicamente as nossas capacidades internas, nós estamos assumindo, também, compromissos crescentes com os nossos valores de desarmamento, de não-proliferação de armas de destruição em massa e, portanto, de um comportamento adequado para um país que está pensando nos seus interesses mas que sabe também – como foi dito pelo paraninfo de uma das turmas – que há um compromisso com a humanidade e que esse contraponto há de ser essencial na definição das nossas ações políticas e das nossas ações diplomáticas.

É claro que assim se amplia o debate que nos interessa, e que seguimos de perto também, sobre a reforma do sistema das Nações Unidas. Definem-se e fortalecem-se parcerias de grande importância, tanto no mundo desenvolvido, quanto no mundo em desenvolvimento.

Obviamente, à medida que tomamos consciência desse processo de globalização, da nossa capacidade brasileira de definição de rumos dentro desse novo mundo, nós nos preocupamos seguidamente, também, e crescentemente, com os órgãos multinacionais e internacionais que vão definir os foros de decisão nessa esfera.

As Nações Unidas constituem um foro privilegiado, e as transformações que lá ocorrem nos interessam de perto, não com o afã um

tanto simplista com que muitos imaginam, que nosso objetivo seja ter uma cadeira no Conselho de Segurança. Não, é diferente: nós queremos saber que Conselho de Segurança é esse, para que servirá, qual será o mecanismo de tomada de decisão; saber até que ponto o Brasil pode ou não cooperar – e, certamente, estará sempre disposto a cooperar na ampliação da legitimidade das Nações Unidas e dos órgãos que são decisórios nas Nações Unidas. Nessa proporção é que nos interessa a participação ativa na análise das reformas que estão em curso; e para essas reformas é que nós buscamos parcerias – como acabei de dizer – não só entre os países desenvolvidos, mas com os países em desenvolvimento.

O Chanceler Lampreia mencionou algumas das viagens que nós realizamos neste pouco mais de um ano que estamos no Governo, onde se vê a variedade de países: Índia, China, Estados Unidos, Japão, Alemanha. São países muito diversos, mas todos eles nos interessam na medida que possamos construir caminhos para assegurar a paz universal e uma democratização crescente no processo decisório em nível mundial.

O aperfeiçoamento da competitividade no plano econômico-comercial adquire mais e mais relevância, ao mesmo tempo que o poder nacional passa, em grande medida, pela capacitação tecnológica e pela capacidade de processamento da informação.

Mais do que nunca, será exigido dos diplomatas brasileiros que façam uso de uma visão ampla e articulada dos interesses nacionais no plano externo. A ação diplomática que, com sensibilidade e inteligência política, permite ao País aprimorar a concepção do mundo apenas cresce em relevância no ambiente internacional cada vez mais complexo.

A chamados como esse, num passado distante e recente, esta Casa de Rio Branco respondeu invariavelmente com afinco, dedicação e espírito público. São essas as mesmas qualidades com as quais enfrento agora os novos desafios de um mundo em transição

Senhoras, Senhores, meus caros formandos, é sabido que o processo de globalização que vem gerando riquezas como jamais em

época anterior do desenvolvimento humano traz também um elemento de exacerbação da competitividade em vários níveis e potencializa o perigo de que se agravem desigualdades insustentáveis. Isso não transforma as relações internacionais em um jogo de soma zero. Não é preciso que o progresso de uns se dê necessariamente em detrimento dos demais, mas aumenta os riscos de exclusão daqueles que não são capazes de integrar-se nos fluxos internacionais de forma competitiva, e reforça-se a constatação de que, sem estabilidade interna, política, econômica e social, um país não pode aspirar a uma projeção internacional positiva.

Em relações internacionais não há, nem pode haver, passes de mágica ou exercícios de mera ilusão. O país real estabelece os limites e as possibilidades da atuação externa. Procurar dissociar a dimensão externa da interna é artificial, ilusório e contraproducente. Não há diplomacia, por eficiente que seja, que possa mascarar um país que se recuse a encarar seus problemas e a assumir com transparência as medidas necessárias para sua superação.

Se a diplomacia brasileira pode, hoje, apresentar um amplo inventário positivo de realizações, é porque o País, efetivamente, evoluiu muito e em muitos aspectos. Se podemos constatar que há uma melhor imagem do Brasil no exterior, como venho tendo a oportunidade de fazer diretamente em minhas viagens; e se é evidente um maior interesse internacional pelo País, devemos isso aos avanços concretos já logrados no aperfeiçoamento institucional da democracia e na estabilização econômica.

Devemos isso, em primeiro lugar – como disse – à consolidação da democracia que, a seu turno, permitiu a concepção, a implantação e os avanços do Plano Real.

Quando falo de um maior interesse internacional pelo Brasil, quero deixar claro que não se trata apenas de uma curiosidade teórica. A cada semana, eu tenho recebido grande número de empresários de várias partes do mundo, que vêm anunciar importantes investimentos produtivos no País ou manifestar disposição concreta em participar do nosso desenvolvimento.

E caberá a vocês, jovens diplomatas que hoje se formam, juntar-se à equipe comandada pelo Ministro Lampreia na representação deste novo país, de um Brasil que busca ativamente, com realismo e responsabilidade, uma presença internacional compatível com suas dimensões objetivas e com seu progresso recente; um Brasil ciente de suas dificuldades e do muito que ainda tem a avançar, mas ciente também de sua grandeza; um Brasil sem veleidade de liderança, mas também sem complexos ou inibições injustificadas.

Este novo Brasil não pode, em absoluto, admitir o predomínio da violência, como o massacre de duas semanas atrás em Eldorado dos Carajás.

O País tem um compromisso com a democracia e a cidadania e, portanto, com a mais estrita observação dos direitos humanos.

É difícil implementar palavras, mas nós temos que implementá-las, e essas palavras têm que se tornar realidade, não pela ação de um discurso retórico de quem seja, do Presidente que seja, mas pela ação efetiva, não só do Poder Executivo, não de uma só pessoa, mas de todo um país. E fatos como os que acontecem em nosso Brasil, em muitas regiões, fatos sobre os quais nenhum de nós aqui tem responsabilidade direta, só terão um fim, um ponto final se, mesmo sem termos a responsabilidade por eles, nos sentirmos responsáveis pelo término deles, agindo todos os dias conseqüentemente, para assegurar que a democracia não seja apenas institucional, mas seja algo que tem uma expressão direta na vida do cidadão brasileiro.

O Brasil é respeitado externamente por sua sólida tradição de apego à paz e de repúdio à guerra e à violência, mas nós não podemos aceitar, em nenhuma hipótese, que a paz e a primazia do diálogo, princípios básicos da nossa atuação externa, pareçam objetivos inatingíveis no plano interno.

Não podemos admitir um duplo padrão de comportamento, uma ética para uns e uma ética para outros.

É chegada a hora de que cesse o desrespeito aos excluídos, de que cesse a ilusão perversa de que a questão social é uma questão de polícia, um problema que se resolve pela violência.

Um Brasil mais justo e mais solidário não é apenas desejável, é também possível, mas sua realização não é jamais, e jamais poderá ser, como disse, a obra de um homem só ou de um único poder da República. É imprescindível continuar a ter o apoio e comprometimento do Congresso Nacional e do Poder Judiciário, bem como dos estados e dos municípios, do Governo, enfim, em todas as suas esferas e níveis. E é essencial o engajamento de toda a sociedade e de cada cidadão individualmente.

Meus caros formandos, sinto-me pessoalmente honrado e comovido pelo fato de vocês terem eleito como patrono Florestan Fernandes, mestre amigo, cuja ausência eu muito tenho sentido. Intelectual brilhante, educador inigualável e referência obrigatória, dentro da moderna sociologia nacional, esse grande brasileiro legou-nos lições que devem servir de inspiração a todos. Teve uma trajetória política marcada pela retidão mais absoluta, pela denúncia corajosa das desigualdades e pela coerência de toda uma vida de luta por um Brasil mais justo.

Aqui, a memória de Florestan já foi reverenciada, com justa razão.

Eu queria acrescentar uma palavra pessoal. Fui aluno de Florestan. Fui vizinho de Florestan, anos a fio. Fui assistente de Florestan. Fui colega de Florestan. Aprendi com ele, aprendi algo do pouco que sei sobre os nossos índios tupinambás. Florestan era um competente conhecedor da antropologia brasileira. Aprendi a fazer pesquisa. E as pesquisas que fazíamos, então, eram toscas, não se dispunha desse instrumental que, hoje, nos fascina, da informática. Muitas vezes, íamos para as bibliotecas e fotografávamos os documentos com máquinas Leica, porque não havia outro instrumento. Perfurávamos cartões com agulha de fazer tricô, para, depois, como se fosse um holerite moderno, somarmos os resultados. Andávamos nas favelas com Roger Bastide, que foi mestre de todos nós, de Florestan também. Andávamos nas zonas mais pobres de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul para descobrir o que havia de verdade na situação do negro no Brasil. O negro foi escolhido por Florestan e por Roger Bastide

porque era o excluído, porque essa exclusão era, na época, o que simbolizava a opressão.

Pouco a pouco, Florestan foi se tornando o grande teórico que aqui foi louvado. Se algum dia eu tiver o vagar para escrever, com mais afincado e com mais conhecimento específico ou memória específica, o que foi a formação intelectual de Florestan e de que maneira ele a transmitiu a nós, que fomos seus discípulos nessa formação, o Brasil há de ver que, sem muita persistência, quase no isolamento, como era o nosso caso, foi possível abrir alguma janela para horizontes mais amplos do mundo, porque Florestan tinha virtudes extraordinárias, de inteligência e de persistência nos seus objetivos, de capacidade de trabalho e algo sem o que ninguém cria, nem nas ciências sociais, nem em nenhum outro ramo do saber: generosidade.

Para mim é particularmente grato saber que as duas turmas escolheram como patrono – e como, portanto, ponto de referência – um homem como Florestan Fernandes, a quem eu devo tanto. E é auspicioso que a cerimônia de hoje apresente como paraninfos as Professoras Maria Angélica Madeira e Maria Veloso Mota Santos, do Curso de Leituras Brasileiras, e o Conselheiro Gerson Machado Pires Filho, que lecionou História das Políticas e Idéias. Aos três, pelo apego comum às ciências sociais, vou me referir, se me permitem, como colegas.

O Curso de Leituras Brasileiras foi criado durante minha gestão no Itamaraty. Nele, tive o prazer de dar a aula inaugural, falando sobre as obras de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado. O exemplo da sociologia, ao qual me sinto particularmente próximo, é ilustrativo de como a ação diplomática pode ganhar em conteúdo e em solidez a partir de aportes conceituais das ciências sociais. A melhor compreensão das relações entre indivíduos e grupos sociais, certamente, tem muito a contribuir, como já foi aqui ressaltado, para o melhor entendimento das relações internacionais.

Em definitivo, o conhecimento profundo do próprio país é matéria básica insubstituível para o bom desempenho, pelo diplomata brasileiro, das importantes funções que lhe são exigidas, onde quer que esteja, e – para valer-me do mote de Rio Branco, já mencionado

pelo Ministro Lampreia – a memória da pátria deve indicar-lhe o caminho a seguir.

Meus caros formandos, assim como no ano passado, sesquicentenário do Barão do Rio Branco, a celebração do Dia do Diplomata reveste-se, neste ano, de significado especial. É que, juntamente com a formatura de duas novas turmas de alunos do Rio Branco, comemoram-se os 50 anos da criação do Curso de Preparação à Carreira do Diplomata, que é um marco, como já disse, na história do serviço público brasileiro.

E eu o digo como quem dirigiu este Ministério das Relações Exteriores e comprovou a excelência dos seus quadros. Sinto-me muito à vontade ao reconhecer publicamente a importância, para o Brasil, de contar com uma classe de funcionários que integram uma real carreira de Estado, pautada pelo mérito, pela preocupação de evolução constante e pelo sentido de serviço público em sua aceção mais nobre.

A vocês, que hoje se formam, caberá a honra, mas também a responsabilidade – como uma classe de servidores que sempre se caracterizou pela defesa intransigente dos mais altos interesses do País – de integrar uma Casa que se pode orgulhar de sua inabalável tradição de bons serviços prestados à Nação brasileira. Fonte e guardião de um inestimável patrimônio diplomático, esta Casa é, hoje, conduzida com firmeza pelo Ministro Luiz Felipe Lampreia, a quem eu quero expressar, de público, meu reconhecimento e gratidão, bem como meu apoio às reformas por ele já introduzidas no Itamaraty, inclusive no Instituto Rio Branco.

Darei uma palavra adicional para agradecer aos que nos antecederam, aqui presentes, todos deixando uma marca profunda nesta Casa e o reconhecimento do Brasil. O Itamaraty é um modelo e um exemplo a ser seguido. No Brasil melhor que estamos empenhados em construir, não há mais lugar para o corporativismo pequeno e pernicioso, alheio ao interesse comum e voltado unicamente aos seus próprios objetivos, muitas vezes em detrimento do futuro do País.

Quero expressar a cada um de vocês e às respectivas famílias votos de muitas felicidades. Quero dizer-lhes que, ao ouvir os discursos dos

formandos, já se percebe essa mesma marca de alguém que cumpre, é funcionário, trabalha, aponta, aqui e ali, uma nota crítica positiva e se dispõe a levar adiante as transformações necessárias desta Casa e do Itamaraty. Aqui se repetiu, várias vezes, que nós estamos numa cerimônia de iniciação. É de passagem, na verdade, de transformação; um rito de passagem.

Uma vez, assisti, em Princeton, a uma conferência muito interessante do Professor Edmund Leach sobre os ritos de passagem. Ele tinha sido condecorado pela rainha, como cavaleiro. E, sabem, Leach é um grande antropólogo. Os antropólogos são seres que analisam o cerimonial dos outros, mas não gostam de ser seres que participem de cerimoniais, têm um pouco horror à pompa. E Leach não fugiu à regra. Ele disse sobre o título algo que acho precioso. Ele disse: “*Once a knight is enough*” – uma vez tornado cavaleiro basta. Uma vez entrados no Itamaraty, não precisarão os senhores de mais nada.

Esse rito de passagem tem esse significado, de que, a partir deste momento, os senhores se sentem parte integrante desta Casa. Basta, não no mau sentido de que não quero mais: basta no sentido de que a adesão é plena. O que ouvi aqui foram manifestações de adesão plena aos valores que são os valores desta Casa.

Expresso, portanto, as minhas congratulações aos senhores e às suas famílias.

O País hoje avança no rumo certo e há de contar com o concurso de todos para fazer as reformas que me permitirão consolidar os avanços obtidos e produzir outros. Será melhor, mais justo e mais igualitário o Brasil que vocês vão representar. É para isso que estamos trabalhando com afinco. E, uma vez incorporados com essa nova marca de membros da Casa de Rio Branco, eu só lhes desejo muito êxito e que nos ajudem a construir um Brasil sobretudo mais justo.

Muito obrigado.

